

Passarinho descobre quem alterou relatório

■ Assessor que trabalhava com Magalhães assumiu erro e presidente da CPI absolve Prodasen do sumiço de páginas sobre 'anão'

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A culpa pelo desaparecimento de cinco páginas no relatório final da CPI sobre o caso do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) foi do assessor legislativo da Câmara Marcos Magno Nardon, que trabalhou junto com o relator Roberto Magalhães. Essa foi a constatação preliminar do senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), após reunião com o assessor no Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado). Nardon assumiu a culpa pela retirada das páginas, alegando que utilizou o disquete errado ao passar as informações para o relatório. Passarinho fez pessoalmente as primeiras investigações sobre as alterações no relatório, sem esperar pela comissão de sindicância criada pelo presidente do Congresso, Humberto Lucena.

Uma representação será enviada à Mesa da Câmara, solicitando a abertura de inquérito administrativo contra Nardon. Os demais assessores que trabalharam na confecção do relatório final no Prodasen — Márcia e Cristiano — também serão ouvidos pela comissão de sindicância.

Aleluia — Em documento informal preparado pelo Prodasen sobre "problemas no relatório e as explicações corretas", assessores de Magalhães foram apontados como os únicos a manusearem os disquetes



Passarinho não esperou relatório

tes e, portanto, seriam os culpados pelas falhas.

No caso do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), que no relatório final foi alvo de duas recomendações diferentes — cassação e continuidade de investigação —, assessores também foram responsabilizados: "Ao colocar a nova informação no texto, por equívoco material, os assessores deixaram permanecer a argumentação que subsidiava a decisão anterior e que não correspondia à posição final do relator", informa o documento explicativo do Prodasen.

Sobre o deputado Jesus Tajra,

que acabou inocentado, teria havido um "lapso" dos assessores de Roberto Magalhães. O texto do relatório final manteve a decisão anterior que não levava em conta dados fornecidos em cima da hora ao relator pelo deputado.

Benevides — No caso do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), a assessoria também foi considerada culpada por ter copiado errado os números que constavam em cruzeiros como se fossem dólares. Quanto ao deputado Eraldo Tinoco, que acabou inocentado, seu nome constava do sumário, mas não aparecia no texto. Em seu lugar estava o deputado Mussa Demes, que foi incluído, mas seu nome estava fora do sumário. Houve "erro de montagem".

A reunião entre Passarinho e a diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, concluiu que o Prodasen não tinha culpa pelos erros. O relator Roberto Magalhães e seus assessores fecharam o relatório. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MS) anunciou que o grupo de parlamentares que investigará as mudanças no relatório decidiu elaborar uma nova versão, mais completa, com a situação de cada acusado para facilitar o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça. Segundo Miranda, os dados obtidos sobre cada um dos investigados nas quatro subcomissões da CPI serão fundidos sem cortes.

BURACOS NEGROS NO RELATÓRIO

□ Jorge Tadeu

Mudalen (PMDB-SP)

As dúvidas — O nome do deputado aparece nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht, encontrados na casa de Ailton Reis. No relatório, ficou a dúvida sobre a participação acionária de Mudalen numa empresa que deu, nos últimos anos, um salto de faturamento. A movimentação bancária não chegou a tempo de ser analisada. A conclusão do relatório era pela continuidade da investigação.

O que mudou — No dia da leitura do relatório, dois parágrafos do parecer foram cortados e, com isso, Mudalen saiu da lista dos investigados. O vice-presidente da CPI, Odacir Klein, inocentou o deputado.

□ Pedro Irujo

As dúvidas — Um dos homens mais ricos do Congresso, a variação patrimonial e a movimentação bancária do deputado são compatíveis com os negócios do deputado. As subcomissões de emendas e subvenções não apuraram nada contra Irujo, que aparece nos documentos da Odebrecht. A conclusão foi pela continuidade das investigações.

O que mudou — No início desta semana, Odacir Klein pediu que o nome de Irujo fosse retirado da lista e o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, concordou.

□ Jesus Tajra

As dúvidas — O nome do deputado aparece nos documentos da Construtora Odebrecht, associado a uma emenda que destinava verbas para um hospital em Teresina. Tajra, que depôs na CPI, não conseguiu explicar bem essa associação. A CPI também ficou com dúvidas sobre a movimentação bancária do deputado e, assim, pediu a continuidade das investigações.

O que mudou — O relator da CPI, Roberto Magalhães, encaminhando carta ao presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, inocentando Tajra. Disse que a inclusão do nome entre os investigados foi um erro.

□ José Carlos Aleluia

(PFL-BA)

As dúvidas — O nome do deputado também é o que mais aparece na lista da Odebrecht. Nos Orçamentos de 92 e 93, o deputado incluiu emendas no valor total de US\$ 40 milhões. A subcomissão de bancos só recebeu informações sobre a movimentação bancária do deputado na vés-

pera da apresentação do relatório. No relatório final, foram impressos dois parágrafos: num, havia o pedido de cassação. No outro, a continuidade das investigações.

O que mudou — No dia da leitura do relatório, dois parágrafos foram anulados assim como o parágrafo que pedia a cassação de Aleluia. Ficou apenas o pedido de mais investigações.

□ Manoel Moreira

(PMDB-SP)

As dúvidas — Admitiu sonegação fiscal em seu depoimento à comissão. Recebeu US\$ 3,2 milhões em suas contas bancárias — valor não justificável por seus negócios. A CPI constatou relacionamento comprometedor entre Moreira e o dono da Servaz, Onofre Vaz. O deputado obteve financiamentos privilegiados do Banespa. O relatório pediu a cassação de Manoel Moreira.

O que mudou — A versão final do relatório de Magalhães tinha sete páginas, mas apenas duas foram mantidas. Trechos inteiros foram suprimidos. Essa mudança fez com que o presidente da CPI, Jarbas Passarinho, pedisse ao presidente do Congresso, Humberto Lucena, a sindicância.